

3. Violências nas escolas: o que é possível falar, o que é possível fazer

Flávia Schilling¹

Neste artigo introduzirei algumas questões que considero importantes para auxiliar no trabalho de redução das formas de violência que circulam nas escolas. Trabalharei algumas características da violência (termo em princípio “vazio”, que é preenchido por práticas diversas, como brigas, bullying, discriminação, abuso sexual) dando ênfase à sua primeira e central característica: a violência silenciosa. Como, então, falar sobre o que acontece, olhar para aquilo que nos é intolerável, que é a ordem do insuportável? Porque ver, reconhecer e falar sobre algo que é visto como violência nos leva à necessidade de agir. O que poderemos fazer, quando, com quem, onde? Esses são alguns dilemas que cercam a discussão sobre as formas da violência nas escolas.

Ao trabalharmos com os casos que foram encaminhados pelos professores ao NAAPA, vê-se que há muitos casos em que circula uma violência bastante silenciosa, que vem de fora da escola: a violência que acontece na família e que deixa marcas nas crianças. Em outros casos, há a violência da criminalidade local, entrando na escola. Em outros, ainda, há gritos de socorro de crianças e jovens que não encontram um lugar na escola, que não encontram possibilidades de colocar em discurso aquilo que lá vivem. Quem são eles? São os ditos indisciplinados, incivilizados, onde se congregam questões diversas, sociais, familiares, pessoais. Os relatos tratam majoritariamente de casos de meninos. As meninas aparecem em casos específicos, principalmente quando se atrevem a romper as barreiras de gênero; em princípio, nos dizem que as meninas são meigas e não agressivas. Em todos os casos, transparece a angústia dos

¹ Neste artigo, retomo algumas reflexões já publicadas no capítulo “Violência na Escola” do livro organizado por Westphal e Bydlowski (2010). As ideias aqui apresentadas foram discutidas em um Seminário de Formação das equipes do NAAPA, em outubro de 2015.

adultos da escola, buscando saídas para lidar com a situação. O que se pode fazer? Concluirei com uma breve apresentação de alguns tópicos que poderiam tornar a escola mais justa, uma vez que uma das formas de tratar a violência é com mais justiça.

Um lugar possível para falar sobre a violência: é possível falar?

Qual seria o lugar possível para uma fala sobre a violência – especificamente sobre a violência em meio escolar – que escapasse do senso comum, da banalidade, da circularidade que parece permear tais discussões? Gostaria de propor que este lugar possível – de falar – fosse um lugar essencialmente político: o do compromisso com a necessidade de que nossas intervenções possam orientar ou modificar práticas. Desta forma, o desafio é oferecer reflexões que possam causar mudanças. Esta é uma contribuição necessária nos encontros sobre violência, cada vez mais premente. Trata-se, assim, de assumir uma postura de responsabilidade social, política e ética pelo mundo e por aqueles que nos sucederão.

Minha intervenção comporta, portanto, a recusa em pensar sobre a temática da violência, da vitimização, derivando daí consequências para a nossa ação, da maneira menos arriscada. Há uma questão política e ética, pois se trata de vidas: das nossas e de quem cuidamos. O meu lugar de fala será informado pela experiência (que é a nossa experiência, como cidadãos), pela memória e pela teoria.

Que tipo de teoria? Esta é a primeira questão que orienta todas as demais: aceitar trabalhar com ideias que devem ser vistas como inacabadas, inconclusivas, precárias. Trata-se de um esforço de produção de um pensamento analítico, do trabalho do pensamento. Não há prática que não seja informada por uma teoria, mais ou menos explícita; assim como não há teoria que não seja informada por práticas. Não aquela que está pronta, disponível, no mercado mundo-mix das teorias explicativas. Proponho, portanto, hoje, assumir esta “insuficiência”, para tentar ir além. O ponto de partida, em qualquer circunstância – seja de uma análise sobre a violência na escola, na rua ou na família – é aceitar esta insuficiência. Parar de negá-la e se dispor

a construir um saber sobre o que aconteceu. Formular hipóteses e não ter medo de colocá-las à prova.

Quando se fracassa em alguma experiência, em alguma intervenção, muitas vezes foi por falta de um pensamento analítico sobre o objeto, que nos permita realmente intervir naquela realidade. Falhou o trabalho do diagnóstico: o que nos acontece, o que aconteceu? O pensamento analítico é o que permitirá compreender para agir. Porém, quais são as peculiaridades de um pensamento analítico sobre a violência e a vitimização? Que, de alguma maneira, se traduz nesta sensação de insuficiência que temos quando nos defrontamos com um caso concreto, na sensação de *não termos palavras para expressar o que sentimos?*

Há duas primeiras características do trabalho do pensamento sobre a violência a serem consideradas.

A primeira é a da dificuldade inicial de colocar em palavras, representar a catástrofe. Esta é uma característica da violência. Se há uma “gramática da violência”, ela significa a anulação da fala de um outro. Pois pode-se compreender a violência como o reino do corpo a corpo. Quando há violência há uma quebra dos discursos. Eles viram cacos. Nossas certezas se quebram. Paul Celan, poeta sobrevivente do Holocausto, retrata magistralmente esta dificuldade do trabalho do pensamento, de representação da catástrofe:

[...] eles cavavam e não mais ouviam:
eles não se tornaram sábios, não inventaram nenhuma canção,
ou qualquer tipo de linguagem.²

Daí deriva, constitucionalmente, a problemática apontada da insuficiência teórica do pensamento sobre a violência. As palavras são fracas. Resta sempre uma perplexidade, uma sensação de estranhamento, a certeza de que nossos esquemas explicativos são insuficientes. Se esta é a primeira dificuldade a ser enfrentada, este é, portanto, o desafio. Não acreditar que o “sofrimento amadurece”. O sofrimento, sem palavras, apenas quebra. O esforço do pensamento sobre o que aconteceu é que pode, de alguma maneira, fortalecer ou amadurecer.

2 Paul Celan citado por B. Bettelheim (1989, p. 97).

A segunda dificuldade pode ser compreendida como a própria dificuldade em ouvir, ver. José Saramago (1995), em seu *Ensaio sobre a Cegueira*, diz: “[...] se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”. Esta é a segunda dificuldade, pois não é fácil, frente a uma cena de violência, não desviar o olhar. Daí a humanidade contida na frase de Saramago, que propõe “se podes olhar”.

Trata-se, por meio destas sucessivas aproximações, que requer um esforço, de construir um olhar que tenta ver e reparar. O objetivo deste exercício? O de levar o problema à dimensão do humano, do nosso fazer possível. As perguntas podem ser assim sintetizadas: qual é o conflito (onde, características); quais são as relações de poder em torno das quais se organiza o conflito; quem participa do conflito; como é possível intervir no conflito; quais são os parceiros nesta intervenção (com quem). Pois deste olhar deriva a qualidade da intervenção, da nossa ação. Propõe-se trabalhar com a ideia de um “zoom”, de aproximações sucessivas, para negar a sensação de que nada há a fazer pois que a violência tomou conta do mundo e é inevitável.

O exercício que proponho é, desta forma, o de uma série de interrogações sobre o que é violência, qual o tipo de conflito que permeia a situação concreta, quem é vítima e quem é agressor e como intervir, lembrando que há possibilidades e competências diferentes para estas intervenções. Neste exercício é fundamental lembrar que as situações de violência acontecem em espaços concretos (casa, escola, rua) em uma determinada sociedade (em um tempo histórico).

Vale discutir, dada a confusão atual que vivemos no Brasil, nossa dificuldade para lidar com a violência (principalmente com a violência urbana) e retomar a discussão sobre vítimas: diretas, indiretas, difusas. O que implica esta categoria da “vítima”? Pois há uma primeira observação a ser feita: trabalhar com a temática da violência implica em discutir vítimas e agressores. Não em considerar que “todos somos vítimas”; vivemos em uma “sociedade de vítimas”. Esta indistinção paralisa. Pensar, portanto, as situações de violência, ocorrendo de forma concreta, comportando vítimas e agressores, exigindo ações de reparação e justiça, auxilia nesta tarefa do pensamento orientador da ação.

Violências

A violência é um termo “vazio”: nele cabem, de acordo com o momento histórico vivido, a sociedade em que estamos, diferentes práticas. O que cabe neste termo – violência – varia de acordo com múltiplos recortes. Se hoje vivemos, por exemplo, um momento que se questiona a palmada na criança, o que dizer de um final de uma novela que termina com uma surra “educativa” de um pai contra uma filha jovem, que estava enveredando pelo “mau caminho” ou das cenas de brigas violentas entre mulheres (geralmente batendo recordes de audiência)? Há, portanto, neste pequeno exemplo, a possibilidade de entendermos que há disputas na sociedade sobre quais são as práticas consideradas como violentas, ou seja, quais são aquelas práticas que são intoleráveis, nas relações humanas, aquelas que serão consideradas crimes.

Outro exemplo interessante é a discussão sobre a violência contra a mulher, recentemente objeto de uma lei específica, a Lei Maria da Penha, como ficou conhecida. Era um tipo de violência, até então, considerada no rol dos crimes de “menor potencial ofensivo”! A situação muda, a forma penal muda, a partir das mobilizações de mulheres organizadas.

Desta forma cabe, posto que termo multifacetado, pensar um pouco sobre o que é violência. Pensando sempre que: a violência tem história, tem uma geografia; há uma linguagem – ou uma gramática – da violência; há uma matemática – uma economia – da violência. Há agressores e vítimas envolvidas. Vítimas diretas, indiretas. Há vitimização primária, secundária. Difusa. Há vitimização coletiva.

Estas problematizações iniciais visam introduzir a noção da complexidade do conceito. Portanto, cabe perguntar de que violência falamos quando enfrentamos o desafio de falar sobre “violência”. A da criminalidade urbana cada vez mais violenta? A violência da corrupção? Dos filmes, dos games? Do desemprego, da fome? Da discriminação por idade, origem regional, sexo, religião e do racismo? Da violência (dos crimes) ambientais? Das guerras, da polícia? Quem sabe falaremos da violência intrafamiliar, aquela “invisível”, ou melhor, ocultada, tolerada, ajeitada, que afeta os idosos, as crianças, as mulheres? Violência vista como “menor”, ainda naturalizada, a violência que ocorre na família?

Pensar, portanto, em *violências* diversas e múltiplas que precisam ser vistas em todas as suas dimensões. Porque pensar sobre isto? Para sair do senso comum, para recusar “soluções” fragmentadas e parciais e, desta forma, sempre destinadas ao fracasso. Para tentar formular um diagnóstico que nos permita agir coletivamente, agir de forma cidadã. Para compreender que, se enfrentamos situações complexas, nossas propostas de resolução também devem contemplar esta complexidade.

Uma definição, segundo Marilena Chauí (1999):

[...] violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos.

Este exercício é o que possibilita perceber a existência de circuitos de violência e vitimização, cercados pela impossibilidade de olhar-ver-reparar. Fazendo com que muitas vezes gere-se um círculo vicioso envolvendo a vítima e o agressor. Como quebrar esta relação íntima? Como fazer com que o circuito da violência possa ser rompido em seu mecanismo mais delicado: aquele que é produzido silenciosamente no interior das vítimas? Ocupando um outro lugar: o de cidadãos, dotados de linguagem, de sensibilidade e liberdade. Não mais o de coisas.

Violências na escola

Minha fala, portanto, terá como foco a violência na escola, que é o tema proposto, pensando com vocês em algumas dimensões possíveis da violência na escola. Quando estudamos ou entramos em contato com pesquisas sobre a violência nas escolas, vemos, em primeiro lugar, a diversidade de práticas descritas como “violentas”. Mas afinal de contas, disse uma aluna que fez uma pesquisa sobre o tema, sobre o que se fala quando falamos sobre violência na escola? Como as pessoas, os estudiosos e os diversos grupos organizados que lidam com a questão a definem?

Tentarei, neste breve tempo, fazer um exercício com vocês que contemple a proposta de pensarmos a violência na escola, ou seja, em que

momentos seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e liberdade, são tratados como coisas, refletindo uma determinada forma de lidar com um conflito subjacente. Tentaremos pensar em 3 dimensões:

- a. violência contra a escola;
- b. violência da escola;
- c. violência na escola.

Dimensões que envolvem tipos de demandas e conflitos diferenciados, com agressores e vítimas diferenciados, sugerindo, portanto, formas de intervenção diferentes. Sempre lembrando que as escolas estão em uma sociedade, em um território. É habitada por pessoas concretas: gestores públicos, dirigentes, secretários de estado, professores, alunos, funcionários, com suas histórias. Pensar também que estas três dimensões se unem de formas peculiares e que é possível, para compreender o que podemos fazer, como agir, separá-las, para apreender algumas especificidades.

Violência contra a escola

Geralmente, o exemplo dado, quando se fala de violência contra a escola são as *pichações*, *depredações*, *bombas no banheiro*.

Os agressores? Alunos, ex-alunos. Geralmente homens jovens. Podemos pensar em causas para esta violência contra a instituição? Ou, formulando a questão de uma outra maneira: quais são os conflitos que permeiam estas ações contra a escola? Pode-se trabalhar com hipóteses: uma, é a ausência de confiança nas promessas fundadoras da instituição escolar. Instituição central da modernidade, universaliza-se com a promessa de instituição comprometida com a igualdade – de oportunidades. Ou seja, instituição vinculada à mudança. E, hoje, para que serve a escola? Depósito de crianças? A escola, o período integral, seria importante para tirar as pessoas da rua. Só isso? É um lugar para guardar crianças? A escola é uma instituição, hoje, que guarda, alimenta, diverte. Será que o papel da escola ainda é ensinar? Será que a escola pode ser um lugar onde você desenvolve as condições para ter, no futuro, um lugar ao sol? Há lugar ao sol? Parte da violência contra a escola deve-se a este lugar ambíguo que ocupa atualmente. Como se, no momento em que universalizamos o direito à educação – tardiamente, no Brasil – não pudéssemos realizá-lo, não pudéssemos fazer com que a escola cumprisse seu papel.

Continuaria, na lista das práticas de violência contra a escola: desvio de verbas destinadas à educação; abandono dos prédios escolares; péssimos salários dos professores; construção do desprestígio em torno da profissão (profissão de mulheres...), despreocupação com suas condições de trabalho; mudancismo constante nas propostas educacionais, gerando uma confusão sem fim, desqualificando saberes já estabelecidos. Todos falam, nas campanhas eleitorais, sobre a importância da educação, a revolução pela educação. Depois, há o esquecimento desta importância. Conflitos: será que queremos um povo educado, bem informado? Que possa participar ativamente da política e das decisões? Quem são os agressores nesta outra possibilidade de pensar a violência contra a escola? Governantes, funcionários do Estado. Adultos. O que esta violência gera? Prédios pobres, sujos, degradados. Lugares onde ninguém quer estar. Nem alunos nem professores. Daí as faltas, os pedidos de remoção, tanto de alunos como de professores, o desânimo, a sensação de que nada vale o esforço.

As ações possíveis, no caso da violência contra a escola, exigem uma discussão sobre o lugar que a escola deve ocupar, naquele bairro, naquela cidade, a reconstrução do lugar da escola na sociedade. Passam por ações coletivas, trabalhando em uma dinâmica que implique o reconhecimento dos sujeitos que lá estão, por parte do grupo escolar, a administração pública. Passam pela reconstrução do lugar que cada um ocupa: de adulto, de professor, de gestor, de aluno. Implica em parcerias reais em torno de projeto e na formulação de políticas públicas e não apenas e tão somente de governo ou de determinada gestão. Pois talvez a escola não seja suficiente para um bom emprego: mas sem ela, a miséria se reproduz inevitavelmente. A abertura da escola é importante, aproxima os que vivem naquele local, cria uma relação mais próxima, de vizinhança. Porém, isso é pouco: o que fazer nos demais dias da semana, durante 4 ou 5 horas? Este é o cerne da transformação da escola, o que fazer naquele cotidiano, na compreensão de seu sentido, na importância de se apropriar do conhecimento acumulado pelas gerações. Esta é a tarefa própria da escola, que nenhuma outra instituição pode fazer: aproximar/criar saber, conhecimento. Este é o significado de inclusão, isto é acesso, isto é democratização, é possibilidade de realizar o direito humano à educação que se universaliza (lentamente) no Brasil.

Violência da escola

Sugere a existência de uma dimensão institucional própria de violência. Profundamente vinculada à violência contra a escola, já identificada, está a violência da escola como a instituição que reproduz a sociedade como ela é. Se a sociedade é desigual, reproduz, sistemicamente, a desigualdade. Os conflitos que aí existem? Entre gerações, de classes, de gênero, de raça, de posição social e de status, entre saberes. Revela-se na discriminação (sexo, raça, condição social, opção sexual, padrões de beleza); no não ensinar, criando o espaço sem sentido, espaço vazio, espaço cercado, assemelhando-se a prisões. Revela-se na indiferença, na confusão entre o comportamento privado e o comportamento público (novamente reproduzindo questões mais gerais da sociedade brasileira). Nesta dimensão, se reproduz uma sociedade marcada pelo isolamento, a falta de esperança, de projetos comuns, a pobreza.

O que esta violência gera? Gera uma instituição marcada pela dinâmica de vitimização e agressão. Os professores sentem-se vítimas de seus alunos – indiferentes e agressivos. Os alunos queixam-se: sentem-se vítimas de seus professores, que os discriminam, por serem pobres, que não ensinam. Novamente, aparecem os sintomas: abandono, desistência, faltas. A escola torna-se um lugar de passagem; há escolas que lidam com a realidade de uma renovação constante, impedindo uma consolidação de um trabalho/projeto pedagógico. Quem quer ser professor?

As ações possíveis vinculam-se, novamente, com a primeira dimensão apontada. Se é certo que a escola reproduz a sociedade, também é certo que reproduz suas contradições. Desta forma, pode ser um espaço de superação da pobreza, da discriminação, de resistência, de mudança de destinos. O caminho? A reflexão, o diálogo, a curiosidade de uns em relação aos outros. Fundamental é a criação de um coletivo que apoie o professor. Pois a escola é um lugar de inteligência na localidade, fundamental para os projetos locais, para o desenvolvimento local. Isto passa pela valorização do saber existente na escola, do saber local, dos parceiros acadêmicos e do poder público.

Um pequeno, mas ilustrativo exemplo. Tom Zé (2003, p. 7), em uma entrevista, conta a seguinte história:

Aí a professora de português, professora Belmira, um dia disse uma coisa comovente, um negócio assim: “Vocês têm que aprender português” – aquela professora miudinha, negra, sentada naquela cadeira enorme, parecia sumir ali, mas ela era de um vigor! Eu não pensava em escrever nem fazer música nem nada, mas ela disse o seguinte: “Vocês têm que aprender português. De onde é que vão sair os escritores e os poetas?”. Ora, só ter uma expectativa boa sobre mim, mesmo como coletividade, era um bálsamo. Eu fiquei com os olhos mareados lá no fundo da sala.

Temos, nesta singela história, protagonizada diariamente por tantas (e tantos) professoras por este Brasil, algo que podemos recuperar: uma educação que se opõe, que subverte, que liberta, que nos retira de um lugar de estigmatização ou pobreza, que permite imaginar um futuro.

Violência na escola

Aqui se chega ao resultado destas várias dimensões, no cotidiano. Os fatores apontados (prédios abandonados, grades, pichações, professores desmotivados, nada de conhecimento, reprodução da pobreza) geram o que se localiza como sendo violência na escola: furtos, roubos, agressões, ameaças, brigas. As falas de professores e alunos revelam que nas escolas há, muitas vezes, grupos que mutuamente se desconhecem. Se, geralmente, fala-se da violência entre os grupos de alunos ou de alunos contra professores, cabe lembrar que os professores das diferentes matérias mal se conhecem, parecem pertencer a escolas distintas quando há turnos distintos. Em algumas escolas, a sensação é que ninguém ocupa o seu lugar, a escola é um lugar de passagem, de disputa de questões extraescolares ou da vida privada.

Aparece na escola, também, e é importante chamar a atenção, questões que são reflexos da violência na casa. Violência na família: maus-tratos, negligência, abandono, abuso sexual, assim como disputas que refletem a violência da localidade. Detectam-se padrões de vitimização que interferem no cotidiano escolar e exigem uma atenção redobrada.

Diria, portanto, que a violência na escola se reflete de formas próprias. Há uma série de fatores envolvidos em uma escola onde há queixa de violência: a violência contra a escola (de décadas de descaso e mu-

danças constantes), a violência da escola, quando reproduz, ao desistir de ensinar, a pobreza e a desigualdade, além da violência familiar, da violência urbana, a violência econômica e social.

Pensando o “talvez” da justiça como uma forma de evitar a violência

Porém, estas situações são inevitáveis? Não, há escolas intocadas. Inclusive cabe assinalar que ainda as escolas são lugares bastante protegidos. Há escolas onde os adultos ocupam seu lugar de professores, os dirigentes dirigem, os alunos são alunos. São escolas que sabem a que vieram, que não se conformam com a ausência de sentido do cotidiano escolar, que apostam no conhecimento como a grande inclusão a ser feita no Brasil. São escolas que negam a discriminação, a resignação, que enfrentam o desafio de pensar em uma escola que promova a igualdade. Onde se discute a autoridade da educação, a autoridade da pedagogia, a possibilidade de cuidar.

As perguntas que nos ajudaram a pensar a violência na escola foram:

- a. O que nos acontece? Onde? Quem? Contra quem?
- b. Com quem posso agir para intervir?
- c. O que posso e até devo fazer e o que não posso e não devo fazer? Quem pode ou deve fazer?

Apresentarei um breve apanhado do que se poderia fazer, pensando diferentemente. Como nos diz Paul Ricoeur (2008), a justiça faz do conjunto de alternativas que a sociedade opõe à violência. A justiça se opõe tanto à violência aberta e reconhecida como à violência dissimulada e sutil, assim como à violência da vingança (RICOEUR, 2008, p. 179). O que é possível fazer? É claro que a escola não pode e não deve tentar fazer tudo. Para isso há instâncias e sistemas outros que devem ser acionados. Mas a escola pode fazer muito, no que lhe compete. Segundo a pesquisa realizada com estudantes universitários, estudantes e professores de uma escola pública, temos alguns resultados, construídos a partir dos relatos que nos dizem o que seria o justo na escola:

- a. respeito à igualdade de direitos, recusa da desigualdade do tratamento. Se todos e todas são iguais perante as leis, regras e

- combinados – sejam estes formalizados ou sociais, cotidianos, o justo é que não existam “dois pesos e duas medidas”;
- b. respeito às diferenças, recusa da discriminação e do preconceito;
 - c. em caso de violação de lei, norma, regra ou combinado, que exista uma punição (retribuição) justa e proporcional a determinada ação. Para tanto, é claro, é preciso que existam regras (e acordos) conhecidas por todos;
 - d. que reconheça o mérito;
 - e. onde exista o diálogo, a comunicação, a possibilidade de participação nas relações escolares;
 - f. onde exista a qualidade de ensino, princípios pedagógicos. Nesse caso, a função da escola do ponto de vista da instrução, dos conteúdos, da formação é exposta como fundamental para possibilitar a escola justa.

É possível começar a pensar a partir destes tópicos. São demandas por igualdade, respeito, diálogo, conhecimento, vindas de todos os sujeitos da educação.

Se uma hipótese para a compreensão de determinados comportamentos violentos é o desejo de reconhecimento, de ruptura do isolamento, é evidente que há outras formas de alcançar o reconhecimento e superar o isolamento: neste sentido, a escola tem um papel fundamental. Pois educação significa ampliação do mundo, significa ampliação do tempo, criação de um mundo com oxigênio, com novas palavras e experiências que podem nos ajudar a construir narrativas sobre a nossa história e, desta forma, mudar a história.

Referências

BETTELHEIM, Bruno. **Sobrevivência e outros estudos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

CHAUÍ, Marilena. Uma ideologia perversa. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1999. Caderno Mais, p. 5-3.

RICOEUR, Paul. **O justo**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHILLING, Flávia. **Educação e Direitos Humanos**: percepções sobre a escola justa. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Sociedade da insegurança e violência na escola**. São Paulo: Summus, 2014.

WESTPHAL, Márcia; BYDLOWSKI, Cynthia. **Violência e juventude**. São Paulo: Hucitec, 2010.

ZÉ, Tom. Entrevista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 out. 2003. Caderno Mais, p. 7.

